

Independência Financeira, Liberdade, Autoconfiança e Consciência Coletiva: sentidos do empoderamento feminino

Independencia Financiera, Libertad, Autoconfianza y Consciencia Colectiva: sentidos del empoderamiento femenino

Financial Independence, Freedom, Self-confidence, and Collective Awareness: meanings of women's empowerment

Lana Claudia Macedo da Silva

Camila Claíde Souza do Vale

Resumo: O artigo em tela objetiva analisar os significados do empoderamento feminino para as mulheres atendidas pelo projeto “Empodera marajoaras: educação popular, saúde e cidadania com mulheres em situação de vulnerabilidade”. A pesquisa adotou a metodologia quantitativa e qualitativa a partir do questionário *Google Forms* com questões abertas e fechadas. Os resultados apontam que, acerca da categoria empoderamento, há dois níveis em voga, de acordo com a concepção das cursistas: uma associada à corrente neoliberal, empoderamento individual que se refere a variáveis comportamentais; e outra dimensão associada à teoria crítica que pensa o empoderamento comunitário, com o foco na estrutura das mudanças sociais. O estudo aponta para a necessidade de expansão de projetos e análises sociais com vistas ao fortalecimento de organizações de mulheres para enfrentamento a toda forma de opressão.

Palavras Chave: Educação Popular. Empoderamento Feminino. Projeto de Extensão.

Resumen: El artículo objetiva analizar los significados del empoderamiento femenino para las mujeres atendidas por el proyecto en cuestión resulta del proyecto de extensión “Empodera marajoaras: educación popular, salud y ciudadanía con mujeres en situación de vulnerabilidad”. La investigación adoptó la metodología cuantitativa es cualitativo a partir del cuestionario de *Formularios de Google* con preguntas abiertas y cerradas. Los resultados muestran que, acerca de la categoría empoderamiento, hay dos niveles en voga, de acuerdo con la concepción de las participantes. Una asociada a la corriente neoliberal, empoderamiento individual que se refiere a variables conductuales. Y otra dimensión asociada a la teoría crítica y al pensamiento sobre el empoderamiento comunitario, con foco en la estructura de los cambios sociales. El estudio señala la necesidad de ampliar los proyectos y análisis sociales con vistas a fortalecer las organizaciones de mujeres para combatir todas las formas de opresión.

Palabras Claves: Educación Popular. Empoderamiento Femenino. Proyecto de Extensión.

Abstract: The present article aims to analyze the meanings of women's empowerment for the participants of the project "Empodera Marajoaras: popular education, health, and citizenship with women in vulnerable situations". The search adopted the quantitative and qualitative methodology from the *Google Forms* questionnaire with open and closed questions. The results indicate that, regarding the category of empowerment, there are two levels in vogue, according to the conception of the participants. One is a perspective associated with the neoliberal, individual empowerment that refers to behavioral variables. And another dimension associated with critical theory and thinking about community empowerment, with a focus on the structure of social changes. The study points to the need to expand projects and social analyses with a view to strengthening women's organizations to confront all forms of oppression.

Keywords: Popular Education. Women's Empowerment. Extension Project.

Lana Claudia Macedo da Silva – Doutora em Ciências Sociais pela UFPA. É Professora Adjunta IV da Universidade do Estado do Pará (UEPA). E-mail: lanamacedo@uepa.br

Camila Claíde Souza do Vale – Doutoranda em Educação PUC/RIO. Mestre em Educação pela Universidade Federal do Pará (PPGED/UFPA). Especialização em Psicologia Educacional com ênfase em Psicopedagogia Preventiva (2010).

INTRODUÇÃO

A Ilha do Marajó é o maior arquipélago fluvio-marítimo do mundo e possui 16 municípios, distintos entre si, apresenta uma população de matrizes indígenas, africanas, lusitanas, judeus, marroquinos, entre outros grupos e nacionalidades, assim como nordestinos diversos. Desde as primeiras décadas do século passado, o Marajó dos campos foi eternizado em cenário de romance na obra de Dalcídio Jurandir (2019), um dos grandes romancistas brasileiros, nascido em Ponta de Pedras e criado em Cachoeira do Arari. Contudo, no que tange em relação às mulheres marajoaras, seus saberes, suas práticas de trabalho, modos de habitar, modos de ser e se relacionar com os seres vivos, os escritos permanecem escassos.

O projeto *Empodera Marajoara* nasce de uma parceria entre a Universidade do Estado do Pará - UEPA e a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Profissional e Tecnológica - SECTET, fomentado por esta última. Constitui uma prática de ensino, pesquisa e extensão que visa promover ações de educação, saúde, cidadania e formação multiprofissional junto às mulheres de quatro município da Ilha do Marajó: Salvaterra, Muaná, Cachoeira do Arari e Ponta de Pedras. Foram oferecidos os seguintes cursos profissionalizantes: 1.) panificação; 2.) curso básico de confeitaria e doces regionais; 3.) Esmaltaria; 4.) Designer de sobancelhas; 5.) Limpeza de pele; 6.) Maquiagem básica; 7.) Curso de cabeleireira; 8.) Gestão financeira. Concomitantemente, foram realizadas palestras e rodas de conversas sobre temas concernentes aos Direitos das Mulheres; Relações de gênero, Saúde Íntima da Mulher e Violência Contra a Mulher e Feminicídio. A culminância do projeto ocorreu com as ações de saúde direcionadas à população marajoara (vacinação, testes rápidos, consultas médicas, atendimento psicológico e jurídico e atenção às crianças com atividades pedagógicas e de fonoaudiologia infantil).

O artigo em tela tem como objetivo central analisar os significados do empoderamento feminino para as mulheres cursistas do projeto *Empodera Marajoara*. O percurso metodológico ocorreu através de instrumentos quantitativos e qualitativos, com vistas a compreender a complementaridade das duas abordagens.

Refletir sobre a categoria “mulher” exige a compreensão dialética de perceber a complexidade e as contradições inerentes ao processo histórico. A começar pelo processo de subalternização da mulher, permeado por relações estruturantes de apropriação e exploração, “associadas a uma forte ideologia patriarcal que se enraizou de tal maneira que as condições de vida das mulheres lhes parecem, muitas vezes, naturais e imutáveis” (CISNE, 2015, p. 78-79). A partir disso, percebe-se a naturalização da subalternidade e o quão difícil é compreender o processo de conscientização de sua condição.

No Brasil, embora as mulheres tenham alcançado avanços consideráveis nas últimas décadas, permanecem aquém de uma relação de equidade de gênero, mormente no que tange aos direitos civis basilares, como a habitação e saúde reprodutiva. Ou seja, há um hiato nas relações de macro e micropoder – nesse último em particular, a sociedade ainda é marcada por relações hierárquicas onde as mulheres estão longe de possuir a mesma liberdade, autonomia e respeito que os homens.

Isso dito, o recorte de gênero constitui um olhar extremamente importante porque é a primeira vez que temos a chance de falar sobre isso enquanto o problema está ocorrendo. Em pesquisa realizada no Arquipélago do Marajó, Gonçalves e Conrado (2021) mostram a relevância da rede de apoio de mulheres marajoaras como uma estratégia de resistência para prevenir o avanço

da COVID19 entre as populações mais vulneráveis, pois, nos momentos de crise, as mulheres negras sempre arcaram com consequências mais severas do que a população em geral. Nesse sentido, compreende-se que pautar esse tema enquanto o problema ainda está em curso pode contribuir para pensar estratégias e propor caminhos, ou seja, estimular políticas públicas para a garantia dos direitos das mulheres.

De acordo com Relatório Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisa - FAPESPA (GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 2021), a Região de Integração do Marajó possui uma população de 561.056 habitantes correspondendo a 6,5% da população do Estado do Pará, que representa 3% do PIB paraense, tendo a agricultura como principal atividade, contudo, somente 2,6% de empregos formais. A RI também detém o maior percentual de pobreza do Pará (57%), elevada taxa de analfabetismo de 15 anos ou mais do Pará (22%) e é o 6º em mortalidade infantil (15,74%).

Diante do contexto de vulnerabilidade social e econômica em que se encontram as mulheres Marajoaras, o projeto de extensão promoveu ações de educação, saúde, cidadania e formação multiprofissional para essa categoria. Parte-se da premissa que os estudos sobre mulher devem ser investigados de forma histórica, crítica e abordando a complexidade da questão, compreendendo as relações sociais, relações de classe, raça, sexualidade e geração, relações de poder, relações culturais e econômicas existentes na sociedade capitalista, a fim de evidenciar e problematizar as raízes das desigualdades existentes; e, a partir de lutas coletivas e organizadas, criar bases para a emancipação da mulher e de toda espécie humana. Daí a importância de abordar a temática do empoderamento feminino, de modo a garantir poder de participação social nas tomadas de decisões às mulheres para lutarem por seus direitos.

Para fins de organização do trabalho ora apresentado, no primeiro momento, será abordado o caminho metodológico do projeto; no tópico seguinte, será traçada uma discussão sobre as especificidades da mulher marajoara; em seguida, a análise dos cursos profissionalizantes; e, por fim, a concepção de empoderamento feminino apresentada pelas cursistas.

1. Tecendo Caminhos Marajoaras

A tessitura do caminho percorrido na proposta em tela possui caráter quantitativo-qualitativo. Por muito tempo, debateu-se a dicotomia entre as duas propostas metodológicas, contudo, para fins deste estudo, concorda-se com Minayo e Sanches (1993) acerca da superação do paradigma de oposição em favor da construção da complementaridade dos métodos, tendo em vista que ambos possuem potencialidades e limitações:

Do ponto de vista metodológico, não há contradição, assim como não há continuidade, entre investigação quantitativa e qualitativa. Ambas são de natureza diferente. A primeira atua em níveis da realidade, onde os dados se apresentam aos sentidos [...]. A segunda trabalha com valores, crenças, representações, hábitos, atitudes e opiniões.

[...] No entanto, se a relação entre quantitativo e qualitativo, entre objetividade e subjetividade não se reduz a um *continuum*, ela não pode ser pensada como oposição contraditória. Pelo contrário, é de se desejar que as relações sociais possam ser analisadas em seus aspectos mais “ecológicos” e “concretos” e aprofundadas em seus significados mais essenciais. Assim, o estudo quantitativo

pode gerar questões para serem aprofundadas qualitativamente, e vice-versa (MINAYO; SANCHES, 1993, p. 09).

O método quantitativo esteve presente em dois momentos do projeto, no início e ao final. O primeiro formulário desenvolvido pelo *Google Forms* visava ter um perfil das participantes dos cursos (idade, raça/cor, religião e escolaridade). O segundo formulário, apresentado ao final do projeto, tinha como objetivo ter um *feedback* acerca dos cursos profissionalizantes. Foram 504 mulheres cursistas nos quatro municípios. Cabe ressaltar, porém, que o formulário final só foi elaborado e repassado às mulheres após a finalização do projeto, o que dificultou seu retorno, uma vez que elas se encontravam dispersas e sem contato direto com o projeto. Em Ponta de Pedras, por exemplo, embora os cursos tenham tido ampla participação das ponta pedrenses, inclusive com apoio da prefeitura local, o mesmo não aconteceu quanto ao instrumento avaliativo, inviabilizando as análises das municípes.

A elaboração da ferramenta foi pautada em sete (07) questões objetivas acerca da avaliação geral do curso, conteúdo do curso, carga horária, relação com a instrutora, interação com a turma, organização do curso e retorno financeiro do curso realizado. E quatro (04) subjetivas: sobre a categoria empoderamento feminino, se as mulheres estão trabalhando na área dos cursos desenvolvidos, sugestão de outros cursos, bem como comentários para a coordenação do projeto.

Ademais, uma estratégia de comunicação bem-sucedida foi a criação dos grupos de *WhatsApp* de cada curso profissionalizante, por município. Inicialmente, como forma de otimizar os trabalhos desenvolvidos, mas também como estímulo à prática da solidariedade entre as mulheres. Após a finalização do projeto, alguns grupos foram mantidos para articulação, trocas, informações e orientações entre as cursistas. Neles, se promove a divulgação da venda de roupas, comidas e serviços em geral.

Para fins de planejamento, o projeto foi desenvolvido em duas etapas: a primeira consistiu na realização de cursos profissionalizantes para as mulheres dos quatro municípios da Ilha do Marajó: Salvaterra, Ponta de Pedras, Muaná e Cachoeira do Arari. Nesse momento, os cursos foram realizados seguindo a dinâmica de cada município. Cabe ressaltar também que, em comum acordo entre a coordenação do projeto e as coordenações locais, optou-se por valorizar e potencializar as instrutoras de cada local, sendo oito por município, uma para cada curso, totalizando 32 (trinta e duas) instrutoras bolsistas. De acordo com o *feedback* das cursistas, essa escolha foi acertada, pois permitiu maior aproximação, valorização e troca entre instrutoras e cursistas, visto que ambas conhecem bem a realidade de cada local.

A segunda etapa consistiu na promoção de diversas ações de educação e saúde, sendo realizada em dois dias. No primeiro dia, contou-se com palestras sobre os temas seguintes: Cidadania e Direito da Mulher; Psicologia Preventiva; Saúde Íntima da Mulher e Direito da Mulher: Lei Maria da Penha. No segundo dia, foram promovidas oficinas para crianças, filhos das mulheres atendidas pelo projeto. Esse recurso implica em esforço pedagógico pessoal e coletivo, permitindo a desconstrução e reconstrução social de saberes e cuidados, ao mesmo tempo em que favorece a problematização e experimentação de novos temas geradores. Para tanto, foram oferecidos recursos de linguagem como o desenho, colagem, pintura e contação de histórias às crianças.

Faz-se mister pontuar que, para este trabalho, a “educação” é compreendida como processo dinâmico e abrangente, inerente ao desenvolvimento da pessoa enquanto constituição do sujeito. Há,

portanto, um inevitável processo de socialização no qual o indivíduo toma consciência de si e dos outros viabilizando seu desenvolvimento pessoal e inserção em determinada sociedade que se concretiza através de práticas educativas diversificadas. Trata-se de uma consciência situada historicamente e enraizada no mundo, como afirma Paulo Freire: “As consciências não se encontram no vazio de si mesmas, pois a consciência é sempre, radicalmente, consciência do mundo” (FREIRE, 2011).

Igualmente, foram oferecidos serviços diversificados na área da saúde: atendimento médico para mulheres, homens e crianças, vacinação, testes de verificação de pressão arterial e glicemia, atendimento psicológico, atendimento jurídico, orientações sobre Saúde Íntima da Mulher e exames de preventivo de colo de útero.

As informações acerca do Preventivo do Câncer do colo do útero - PCCU, também conhecido como Papanicolau, revelaram que, em alguns municípios marajoaras, a baixa adesão de mulheres para realização do exame ocorreu em decorrência da possibilidade de vazamento do resultado do teste. Essa conduta demonstra desrespeito com a privacidade alheia, ao mesmo tempo em que sinaliza a forte cultura patriarcal de dominação sobre o corpo feminino, pois o não cuidado da saúde da mulher interfere diretamente na prevenção e detecção de uma doença que apresenta a segunda maior incidência na Região Norte, conforme dados do Instituto Nacional do Câncer, vinculado ao Ministério da Saúde (2022).

Felizmente, as mulheres da capital paraense apresentam outro comportamento em relação ao PCCU. Estudo apresentado por Silva *et al* (2008) relata que, embora as mulheres da unidade Municipal de Saúde do bairro do Telégrafo tenham relatado vergonha durante a realização do exame, a consciência do cuidado de si e o medo de ser acometida pelo câncer de colo de útero supera o constrangimento e incômodo na realização do teste.

Ademais, o número significativo de pessoas (mais de 500) à procura dos atendimentos de saúde nos quatro municípios atendidos pelo projeto mostra a carência desse serviço na Amazônia. Salienta-se ainda que o envolvimento de um grupo diversificado de profissionais de diferentes áreas do conhecimento – enfermagem, terapia ocupacional, medicina, fonoaudiologia, sociologia, antropologia, pedagogia, gastronomia, entre outros – exigiu o esforço permanente de alinhamento teórico e metodológico resultando em uma iniciativa interna ao grupo que consistia em momentos de planejamento e experimentação das vivências e dinâmicas entre os profissionais.

2. Resultados e Discussão

2.1. A Mulher Marajoara entre Rios, Campos e Florestas

Secularmente, a Amazônia vem sendo vista como um espaço vazio, homogêneo, território de riquezas naturais a ser desbravado e ocupado. Essa concepção não leva em consideração os diferentes povos existentes nesse espaço. Etnias que já existiam antes da colonização e a formação de quilombos e comunidades deram à Amazônia a forma que conhecemos hoje (BECKER, 1991).

Para compreender a mulher marajoara e suas particularidades, faz-se mister entender o papel histórico da mulher nas comunidades da Amazônia. As mulheres sempre exerceram atividades consideradas de menor prestígio social, como as tarefas domésticas, plantação de hortaliças, colheita de sementes e a criação de pequenos animais (ALVES; MATOS, 2020).

Nas comunidades tradicionais da Amazônia, as mulheres possuem um valor cultural diferente dos homens, exercem atribuições sociais importantes na organização do trabalho e da economia

doméstica. Para Silva, elas desempenham trabalhos mais leves como o artesanato, a fiação, confecção de redes, fazer e moldar louça de argila e cerâmica:

Na ótica de autores (Fechinne, 2008; Amazonas, 1984; Rodrigues 2008) que estudam a temática, nas comunidades são as mulheres que conhecem a técnica de cozimento e acabamento dos utensílios na temperatura adequada do fogo, na maioria das vezes tecem a rede de dormir, muitas delas possuem o conhecimento em preparar a rede de pesca, fazer abanos ou leques, paneiros para o depósito de farinha, cestos, peneiras, balaios, confeccionam o *jirau* para tratar o peixe e suspensórios para plantar cebolinha e hortaliças; fabricam o seus próprios fogões de barro e o forno de fazer farinha, tecem o *tipiti* que é utilizado na fabricação de farinha, enfim, confeccionam vários outros implementos de cozinha além de ocupar-se dos serviços domésticos, são detentoras de um “sabe fazer” singular, construído sobretudo a partir do estabelecimento da relação Homem-Natureza, tendo suas bases fincadas na tradição oral. (SILVA, 2014, p.10)

Para essa autora, as mulheres pertencentes às comunidades tradicionais têm uma organização cultural e política marcante que constituem suas vidas e é transmitida de geração em geração, histórica e socialmente.

Por outro lado, os homens desempenham atividades voltadas ao sustento da família, e, em sua ausência, as mulheres são as responsáveis por prover esse sustento e assumem o papel de protagonistas na subsistência de suas famílias. No contexto local, a divisão de tarefas se dá a partir da divisão do trabalho, em que homens, mulheres, crianças, adolescentes, jovens e idosos têm atividades estabelecidas, pois todos da família desempenham alguma atividade. Portanto, “as mulheres são aquelas que no ambiente doméstico se preocupam com os filhos, com a saúde, com a educação e com a reprodução da família” (SILVA, 2014, p. 23).

Na Amazônia, as mulheres estão profundamente ligadas a todas as atividades da comunidade, sendo este o lugar em que se executa a produção e reprodução material e social das camadas sociais, sendo, portanto, um espaço socialmente construído. O sentimento de pertencimento a um território, a uma coletividade social, estrutura laços duradouros que se expressam por meio da participação nos diferentes acontecimentos sociais que constroem a vida local.

Destaca-se que a realidade amazônica não é homogênea, a mesma concepção se dá quando pensamos as mulheres marajoaras: elas são diversas, são ribeirinhas, indígenas, quilombolas, pescadoras, cavaleiras. As relações sociais estabelecidas no interior da comunidade é que ditam as regras do comportamento de cada grupo social. Experiências de pesquisa no município de Soure, no Marajó, Pombo e Fares (2018) apresentam a categoria cavaleira:

A cavaleira traz a tradição familiar de vencedores da corrida e ousa participar de um evento eminentemente masculino. Edna queria comprovar a costumeira coragem, superar obstáculos e juntamente com o cavalo concluírem a corrida. Entretanto, mais que cruzar a linha de chegada, ela percebe que participar da competição era uma mostra de resistência que não cabiam em um sistema exclusivamente masculino, por isso a decisão de enfrentar não apenas prova de resistência do cavalo marajoara, mas de enfrentar também um patriarcalismo,

ainda presente, dentro da própria família e na sociedade marajoara. (POMBO; FARES, 2018, p. 03-04)

As autoras narram a história da primeira participante feminina da maratona do cavalo marajoara, Edna Vasconcelos, no ano de 1989. A corrida é realizada desde 1982, em um percurso de 130 km que vai do município de Cachoeira do Arari até a cidade de Soure, em dois dias de provas que desafiam a habilidade e resistência do cavalo e do(a) cavaleiro(a).

Nessa perspectiva, ser mulher cavaleira significa transpor o ideário feminino projetado socialmente, onde a mulher é associada à sensibilidade, fraqueza, medo e sutileza nos gestos. Contudo, esse perfil de feminilidade não se apresenta unânime, sobretudo em uma região tão marcada pela desigualdade social, onde homens e mulheres possuem um modo de vida imbricado à natureza. Ou seja, como essas mulheres muitas vezes são chamadas a assumir a liderança do grupo familiar, é também esperado que elas sejam mais propositivas ante às adversidades da vida. Assim, tomar decisões, a assertividade e firmeza na fala são predicados necessários para que essas mulheres sejam respeitadas em seu grupo social.

Cabe salientar que as discussões aqui traçadas não são estanques, como se a realidade dessas mulheres fosse estática. Ao contrário, o debate se centra na compreensão da complexidade de vivências dessas mulheres, daí a importância de alinhar o debate teórico que está sendo traçado sobre as mulheres marajoaras no sentido de reforçá-lo ou confrontá-lo e, caso necessário, apresentando outras formas de relações sociais.

O Empodera Marajoara teve a duração de 12 (doze) meses. Durante 08 (oito) meses foram desenvolvidos cursos de formação profissional. Academicamente, a equipe foi subdividida em: coordenação geral, coordenação pedagógica, coordenadoria da saúde e coordenadoria educacional. Cada uma das coordenações desempenhava um papel específico e atuavam em diálogo constante entre si e com as 16 (dezesesseis) bolsistas das áreas da saúde e educação.

O projeto contou com 504 mulheres cursistas nos quatro municípios, sendo a grande maioria do público composto por mães (70%). Em relação ao perfil racial dessas mulheres, 73% se autodeclararam pardas; 19% pretas; 07% brancas e 01% não soube responder.

O dado é compatível com o percentual de pessoas pardas na Região Norte: 71,2% (IBGE, 2018). Porém, há uma divergência na proporção de pretos e brancos, pois, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2017, o quantitativo de brancos equivale a 20,1% e de pretos fica em 7,1%. Ressalte-se que na Região está a maior concentração de pessoas autodeclaradas pardas (definição oriunda do IBGE) em comparação às demais Regiões brasileiras: Nordeste (64,1%); Centro Oeste (54,4%); Sudeste (38,4%) e Sul (19,6%).

Ainda de acordo com o IBGE (2018), o número de pessoas que se autodeclararam pretas cresceu nos últimos dez anos no país. Esse crescimento é reflexo de políticas afirmativas que valorizam e dão oportunidades a esse público historicamente estigmatizado e violentado pelo bárbaro processo de colonização.

Outro elemento analisado foi o religioso, onde 53% se declararam católicas; 34% evangélicas; 01% de matriz africana; 01% outras religiões cristãs; 07% disseram não ter religião e 04% não responderam.

Elas também responderam sobre escolaridade. O perfil mostra que 09% possuem o ensino Fundamental Completo; 07%, Fundamental Incompleto; 54%, Ensino Médio Completo; 12%

possuem o Médio Incompleto; 10% concluíram o Ensino Superior e 08% não concluíram o Superior. Sobre esse elemento, Andrade *et al.* (2023) pontuam:

O hiato de gênero na educação superior foi superado nas últimas décadas, após investimentos femininos na educação como via de transformação social. Contudo, ainda se faz necessário o fomento de políticas públicas para a melhoria da qualidade da educação brasileira. Ressalte-se ainda que o maior ingresso de mulheres no ensino superior escamoteia a educação diferenciada e, a conseqüente sexualização das carreiras não garantindo às mulheres profissões mais rentáveis e de maior prestígio social. Outrossim, as conquistas educacionais femininas não reverberam em outros setores da sociedade, uma vez que a igualdade conquistada na educação se reveste em novas formas de desigualdade, a exemplo do aumento da violência de gênero, do feminicídio crescente, tripla jornada de trabalho, ampliação da feminização da pobreza. (ANDRADE *et al.*, 2023, p. 291)

Nesse sentido, embora a maioria das mulheres brasileiras tenha conquistado o acesso à educação, há várias nuances da desigualdade de gênero que precisam ser evidenciados, problematizados e superados, sobretudo em uma região que apresenta baixo percentual (2,0%) de pessoas com 25 anos ou mais com Ensino Superior Completo (GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 2021).

2.2. O Empoderamento Feminino Enquanto Sinônimo de Independência Financeira, Conhecimento, Autoestima e Equidade de Gênero

O conceito que faz jus ao nome do projeto, empoderamento, constitui o eixo basilar desta proposta analítica. Destaca-se que, em decorrência do quantitativo de respostas obtidas, optou-se por adotar a letra C, em referência às Cursistas, seguida de numerais arábicos. Assim, facilitou-se a apresentação das falas dessas mulheres. Contudo, respeitou-se a escrita de cada uma, independente de concordância verbal, nominal ou outras questões ortográficas. Nessa perspectiva, uma das questões subjetivas do formulário indagou sobre a concepção de empoderamento feminino para as cursistas:

Independência financeira. (C36, C39)

Minha independência financeira, sou mãe solteira e sou independente, poder mim manter meus filhos, ter meu próprio negócio. (C11)

Pra mim é vc ter sua própria renda financeira e não depende de marido. (C16)

O empoderada pra mim significa minha liberdade financeira. (C22)

O significado é que as mulheres podem entrar no mercado do trabalho. (C34)

É fazer o que eu gosto, ganhar o meu próprio dinheiro e, porque independência financeira pra mim é prioridade. (C62)

As colocações acima revelam que a questão econômica ainda constitui um ponto nevrálgico para as mulheres Marajoaras, sobretudo porque se encontram em uma das regiões mais carentes do Estado. De acordo com relatório da FAPESPA (GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 2021), a

Região de Integração do Marajó detém a maior taxa de pobreza do Pará (57%), tendo a agricultura como principal atividade, contudo, somente 2,6% de empregos formais. A região também apresenta alto índice de pessoas abaixo da linha da pobreza inscritas no CadÚnico (91,34%). Cabe destacar que o relatório não aponta dados específicos para as mulheres.

Simone de Beauvoir (1985), em meados do século XX, no clássico livro *O Segundo Sexo*, onde a filósofa inaugura o debate acerca das opressões sociais contra as mulheres, afirmava ser o trabalho remunerado o canal que levaria a mulher a conquistar independência concreta. Suas análises foram essenciais para alicerçar a luta pelo direito das mulheres.

Estudos apontam a relação entre empoderamento e empreendedorismo, sobretudo vinculado à indústria da beleza (MOZDZENSKI; SILVA; TAVARES, 2017) como uma ferramenta/estratégia de ampliação de consumo e, portanto, comumente associada à independência financeira da mulher, uma das premissas do movimento feminismo desde sua origem. Nesta concepção, o empoderamento encontra-se associado a uma ação individual, particular.

Portanto, o empoderamento feminino perpassa a entrada no mercado de trabalho, condição para independência financeira da mulher, e é associado à personificação de mulheres bem-sucedidas na sociedade. Essa postura coaduna com a lógica neoliberal, naturalizando a ideia de que os obstáculos a serem superados são pessoais. Isto é, podem ser superados e vencidos através de escolhas sensatas e autoconfiança, sem levar em consideração fatores sociais, geográficos e históricos.

De acordo com Moraes e Rodrigues (2016), o empoderamento feminino constitui um canal de ruptura do ciclo de violência doméstica. Para as autoras, a independência financeira, aliada à psicológica, convergem para o enfrentamento à essa forma de violência. Em uma outra perspectiva, Cortez e Souza (2008), ao estudarem o caso de quatro mulheres independentes financeiramente, vítimas de violência conjugal, observam que a expressão de um processo de empoderamento feminino reverbera em reações violentas por parte do homem como forma de manter o controle sobre a esposa. Em ambos os casos pesquisados, o empoderamento aparece relacionado à autonomia financeira feminina em uma perspectiva individualista, o que potencializa a relação assimétrica entre homens e mulheres, pautada na desigualdade de gênero. Trata-se, portanto, de um empoderamento individual.

Conforme alerta Gohn (2004), a categoria não possui caráter universal e pode ocorrer em diferentes níveis. A seguir, outras abordagens apresentam o empoderamento comunitário:

Extremamente importante, pois em muitos períodos passados mulheres lutaram para conquistar direitos que temos hoje e com isso devemos continuar nessa lutar cada dia para nós tornamos empoderadas e empoderar as nossas. (C02)

Vai além da independência financeira. (C04)

Nada mais é do que ser independente, não apenas financeiramente, mas ser independente é ter condições de fazer escolhas que impactem positivamente na vida de ambas. (C18)

Para mim, empoderamento feminino é lutar pelos direitos que temos, sem distinção de gênero. É poder também está em qualquer campo social. (C19)

Significa tudo na vida de uma Mulher! Liberdade, autoconfiança, e muitos outros sinônimos. (C24)

Empoderamento e ter objetivos e correr atrás dos seus sonhos, e colocar em prática e fazer acontecer. (C27)

Significa ser independente; ter alta estima; Porque Lugar de Mulher é onde ela Quiser!! (C30)

Significa a superação de muito tempo sem poder, e hoje o empodera traz à tona a mulher Livre para poder ser o que quiser. (C33)

Independência, liberdade. (C35, C37)

É a consciência coletiva, expressada por ações para fortalecer as mulheres e desenvolver a equidade de gênero. (C41)

É uma grande oportunidade de se engajar na sociedade e mostrar que o sexo feminino veio pra quebra as indiferenças do nosso cotidiano e por fim o empoderamento é conhecimento, oportunidade e engajamento no ramo trabalhista. (C42)

É conceder o poder de participação social às mulheres, garantindo que possam estar cientes sobre a luta pelos seus direitos, de igualdade entre os gêneros. (C48)

Empodera para mim é ser uma mulher livre sem depender de ninguém apenas de mim. (C58)

Observa-se que esta segunda abordagem apresenta uma concepção mais relacionada à teoria crítica e pautada na luta das mulheres por mais espaço na sociedade. Aqui, aparecem noções de coletividade, direitos, equidade de gênero, autoestima e liberdade de ser quem ela quiser ser. Esse posicionamento coaduna com a perspectiva de pesquisadoras feministas como Aruzza, Bhattacharya e Fraser (2019), Joice Berth (2018) e Cecília Sardenberg (2006), ao tratar o empoderamento como um instrumento de emancipação e erradicação das estruturas opressoras. Desse modo, é equivocado ser pensado enquanto prática de acumulação financeira e privilégio individual, assim como a erotização do corpo feminino não pode ser considerada um prenúncio de empoderamento feminino.

Para nós, feministas, o empoderamento de mulheres é o processo da conquista da autonomia, da autodeterminação. E trata-se, para nós, ao mesmo tempo, de um instrumento/meio e um fim em si próprio. O empoderamento das mulheres implica, para nós, na libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero, da opressão patriarcal. Para as feministas latino-americanas, em especial, o objetivo maior do empoderamento das mulheres é questionar, desestabilizar e, por fim, acabar com a ordem patriarcal que sustenta a opressão de gênero. Isso não quer dizer que não queiramos também acabar com a pobreza, com as guerras, etc. Mas para nós o objetivo maior do “empoderamento” é destruir a ordem patriarcal vigente nas sociedades contemporâneas, além de assumirmos maior controle sobre “nossos corpos, nossas vidas”. (SARDENBERG, 2006, p. 2)

Nesta análise, o empoderamento das mulheres é condição *sine qua non* para a crítica, denúncia e superação da opressão de gênero. De acordo com Sardenberg, o conceito surge na práxis dos movimentos feministas para depois tornar-se objeto de teorização. Nessa perspectiva, a mulher, ao participar de atividades coletivas e de movimentos sociais, é capaz de despertar a consciência coletiva, tornando-se protagonista de sua história a partir de um sentimento de pertença ao mundo.

Para Berth (2018), empoderar constitui um trabalho essencialmente político e, portanto, envolve a coletividade. Nesse sentido, o processo educacional não se constrói individualmente, mas

sim nas relações sociais estabelecidas. Portanto, não é possível empoderar alguém, senão em uma ação que se faz no coletivo. Empoderar-se implica na poética construção de outra sociedade, contrária ao que anuncia a ideologia liberal individualista.

O termo empoderamento se refere a uma gama de atividades, da assertividade individual até a resistência, protesto e mobilização coletivas, que questionam as bases das relações de poder. No caso de indivíduos e grupos cujo acesso aos recursos e poder são determinados por classe, casta, etnicidade e gênero, o empoderamento começa quando eles não apenas reconhecem as forças sistêmicas que os oprimem, como também atuam no sentido de mudar as relações de poder existentes. Portanto, o empoderamento é um processo dirigido para a transformação da natureza e direção das forças sistêmicas que marginalizam as mulheres e outros setores excluídos em determinados contextos. (BERTH, 2018, p. 16)

A autora apresenta quatro perspectivas de empoderamento: 1.) a Dimensão cognitiva, ou seja, desenvolver visão crítica da realidade; 2.) a Psicológica, fortalecendo o sentimento de autoestima; 3.) Política, com vistas a problematizar a desigualdade de poder, aprender a se organizar e se mobilizar; 4.) Econômica, capacidade de gerar renda independente. Segundo Berth, a perspectiva do movimento feminista negro potencializou o emprego do conceito, uma vez que as mulheres negras sempre adotaram práticas de resistência e se posicionaram criticamente para pensar estratégias de enfrentamento ao racismo e construção de redes de solidariedade.

As autoras Aruzza, Bhattacharya e Fraser (2019) denunciam que, na contemporaneidade, pautas feministas são cooptadas pelo sistema capitalista promovendo a resignificação da identidade dos movimentos feministas. Um exemplo disso, afirmam as autoras, foi a entrada das mulheres na esfera produtiva permitindo maior autonomia financeira às mulheres, ao mesmo tempo em que teria justificado as relações flexíveis e precárias de trabalho, como a redução salarial. Consoante às autoras, o discurso neoliberal consegue “mobilizar elementos dos discursos emancipatórios para conferir um verniz ‘progressista’ à precarização dos empregos, à dupla jornada para as mulheres mais pobres e aos níveis salariais menores” (ARUZZA; FRASER; BHATTACHARYA, 2019, p. 85-6).

As autoras ainda identificam no capitalismo a tendência de englobar todas as atividades à esfera produtiva. Para elas, outras formas de opressão e crise social estão diretamente vinculadas ao capitalismo enquanto ordem social institucionalizada. Há, portanto, um vínculo entre capitalismo e opressão racial, subordinação de gênero, crise ecológica, crise da democracia e crise econômica. Diante disso, as pensadoras apontam saídas para articular uma frente de luta contra o capitalismo neoliberal, como a construção de alianças que levem em consideração os diferentes marcadores sociais. Daí a necessidade de um feminismo emancipatório que atenda às demandas das mulheres negras, indígenas, pobres, marginalizadas, da classe trabalhadora, um feminismo anticapitalista, antirracista, ecossocialista, antiLGBTfóbico e internacionalista.

Nessa conjuntura, a aproximação entre universidade/saber científico e sociedade/saber popular favorece a troca de vivências, experiências e criatividade para ambos os campos de conhecimento. Assim, ainda que as instituições sociais sejam pautadas na dominação e opressão de grupos marginalizados (mulheres, negros, indígenas, trabalhadores) a relação de poder não é estática. O poder circula em todos os níveis, desde as relações interpessoais até o nível estatal, conforme anuncia Foucault na obra “microfísica do poder” (2007). Desse modo, falar de relações de gênero é falar

de poder, na medida em que as relações entre homens e mulheres são assimétricas e hierárquicas. Nesse sentido, o poder é sempre relacional, ou seja, onde se exerce o poder, há também contrapoderes e resistências.

Nos municípios estudados, alguns aspectos chamam a atenção em relação às cursistas: o acesso limitado aos recursos econômicos – embora a maioria das cursistas tenha concluído o Ensino Médio (54%), elas estão fora do mercado de trabalho formal, quer pela falha estrutura estatal no arquipélago, quer pela falta de habilidade para os postos disponíveis –, daí a necessidade de buscar cursos profissionalizantes para se inserir nesse mercado; a violência masculina também foi pautada por elas em todos os quatro municípios, seja em salas reservadas (consultório, assessoria jurídica e/ou psicológica) ou em público, o assunto estava presente; e, por fim, o controle do corpo feminino não passou despercebido no episódio dos exames de PCCU mencionado anteriormente.

Esse nefasto quadro de violência que assola as mulheres marajoaras (pobreza, falta de acesso à saúde pública, baixa escolaridade, dificuldade de acessar tecnologias modernas, baixa capacitação profissional e ocupações desvalorizadas socialmente) possui raízes históricas, geográficas e sociais. Daí a necessidade de articulação coletiva das mulheres para promoção de mudança nas mentalidades, nos comportamentos e na estrutura social, isto é, o empoderamento feminino promove mudanças individuais e tomadas de decisão coletiva.

De acordo com Baquero, o empoderamento “é mais do que trabalhar em nível conceitual, envolve o agir, implicando processos de reflexão sobre a ação, visando a uma tomada de consciência a respeito de fatores de diferentes ordens - econômica, política e cultural” (BAQUERO, 2012, p. 11-12). Daí porque o processo de empoderamento requer a implicação de dimensões individuais e coletivas, pois envolve a passagem de um pensamento ingênuo para uma consciência crítica, em um processo de conhecimento que ocorre na relação homem-mundo, um ato que envolve a compreensão, reflexão e ação sobre o mundo em uma perspectiva Freireana.

Por fim, cabe salientar que o empoderamento da mulher redundará em benefícios também ao homem, uma vez que a mulher, ao ter acesso a recursos materiais, imprime em sua prática o compartilhamento de responsabilidade material e psicológica, libertando homens dos estereótipos de gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação política tem se mostrado como um instrumento desafiador para as mulheres que, por muitos séculos, foram excluídas do sistema saber e poder. Historicamente o poder está associado ao universo masculino, enquanto, às mulheres, cabe a subalternidade. Ainda hoje, em que pese todas as mudanças sociais nas relações entre homens e mulheres, muitas mulheres não decidem sobre suas próprias vidas. A participação da mulher negra é ainda mais desafiadora, dada a condição aviltante em que foi inserida na sociedade brasileira após o processo de abolição da escravatura, constituindo a base da pirâmide social e sendo impactadas pelo racismo patriarcal heteronormativo, conforme apontam diversas estudiosas (CARNEIRO, 2003, 2011; RIBEIRO, 2017, 2018; HOOKS, 2013, 2019; DAVIS, 2017).

Desse modo, promover espaços de educação crítica, saúde e cidadania às mulheres marajoaras constitui uma possibilidade de empoderamento feminino, visando o combate ao machismo, à violência, ao silenciamento e à marginalização. E, ao mesmo tempo, traçando caminhos que

promovam a construção de diálogos, a reflexão e o pensamento crítico, sobretudo em governos conservadores, como vivenciado no período de 2019 a 2022 no país (BARROSO; SILVA, 2021).

A despeito dos diferentes significados de empoderamento, sua trajetória e as possibilidades de seu emprego em estudos empíricos, as falas das cursistas apontam dois níveis em voga: o primeiro considera a questão financeira como principal vetor de empoderamento feminino individual; a segunda, com mais adeptas, compreende a categoria numa perspectiva mais crítica, enquanto aquisição de conhecimento, autoestima, equidade de gênero e independência financeira. Em ambas, o ponto central do debate está na independência, quer física, social, psicológica ou econômica. Daí a importância de pesquisas acadêmicas que sirvam de suporte às políticas públicas direcionadas às mulheres, sobretudo as que se encontram em situação de maior vulnerabilidade. É imprescindível que as mulheres estejam diretamente envolvidas e participando ativamente em todas as fases de resposta e tomadas de decisão relativas à sociedade em que se encontram inseridas. Trazer as vozes e olhares femininos é contar a história dessas mulheres, a história das excluídas, das invisíveis, daquelas que ficam/ficaram à margem da sociedade.

É preciso romper com a ideia da categoria universal de mulher, pois, assim como as marés, as águas dos rios, os campos e florestas, as mulheres marajoaras estão em constante movimento. Elas sabem que nada é estático, tudo se transforma, a vida é um devir. Movimentar-se compreende acompanhar seu tempo histórico, as tramas, os desafios e perspectivas. Movimentar-se é, sobretudo, refletir sobre o passado, para construir o presente e planejar o futuro, individual e coletivamente, pois essa mulher cultiva sementes para germinar os frutos do amanhã.

Para finalizar, é preciso expandir os projetos e análises sociais para que as mulheres marajoaras possam superar o pensamento de empoderamento associado unicamente à emancipação individual da mulher. O processo de empoderamento implica a associação entre o individual e o coletivo, ambos são indissociáveis. E, mais do que um constructo de natureza psicológica, a categoria está implicada nas relações de poder da/na sociedade. Por conseguinte, é imperativo resgatar o significado central do termo, vinculado à coletividade, onde a ruptura com as barreiras opressoras deve ser foco central que permitirá fortalecer as práticas e incentivar organizações e movimentos sociais a planejarem estratégias de superação de toda forma de opressão.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Taynara do Socorro Castro *et al.* O Livro Didático de Sociologia e o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira. In: *Educação, Tecnologia e Inclusão: valorização do aluno e trabalho pedagógico*. Simone Helen Drumond Ischkalnian *et al.* (Orgs.). Itapiranga: Schereiben, 2023.

ALVES, Kelly Mercês; MATOS, Cleide Carvalho de. O papel da mulher ribeirinha nas relações de produção e comercialização na agricultura familiar no município de Breves, Pará. *Revista Humanidades e Inovação*, v.7, n.16, 2020.

- ARUZZA, C.; BHATTACHARYA, T; FRASER, F. *Feminismo para os 99%: Um Manifesto*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- BAQUERO, Rute Vivian Angelo. Empoderamento: instrumento de emancipação social? - uma discussão conceitual. In: *Revista Debates*, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 173-187, jan. - abr. 2012.
- BARROSO, Ramon Roberto de Jesus; SILVA, Lana Claudia Macedo. Gênero e Sexualidade na Escola: Entre discursos ultraconservadores e práticas de resistência. In: *Meninos Vestem Azul e Meninas Vestem Rosa? Construção de Identidades na Amazônia*. SILVA, Lana Claudia Macedo; OLIVEIRA, Izabel Cristina Borges Corrêa (Org.) Belém - Imprensa Oficial do Estado, 2021.
- BEAUVOIR, Simone. *O Segundo Sexo: fatos e mitos*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1985.
- BECKER, Bertha. K. *Amazônia*. São Paulo: Ed. Ática, Princípios. 1991. 112 p.
- BERTH, Joice. *O que é empoderamento?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdades no Brasil*. São Paulo: selo negro, 2011.
- CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: situação da mulher negra na América latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASHOKA EMPREENDIMENTOS SOCIAIS, TAKANO CIDADANIA (Org). *Racismo contemporâneo*. Editora Takano. Rio de janeiro, 2003.
- CISNE, Mirla. *Feminismo e consciência de classe no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2015.
- CORTEZ, Mirian Béccheri; SOUZA, Lídio de. Mulheres (in)subordinadas: o empoderamento feminino e suas repercussões nas ocorrências de violência conjugal. In: *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. 24 (2), Jun. 2008.
- DAVIS, Ângela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 24 edição. São Paulo: Edições Graal, 2007.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 50. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- HOOKS, Bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. 8ª edição. Rosa dos tempos. Rio de Janeiro, 2019.
- _____. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.
- GOHN, Maria da Glória. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. *Saúde e Sociedade*. São Paulo, v. 13, n. 2, p.20-31, maio-ago, 2004.
- GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisa-FAPESPA. *Região de Integração do Marajó – Perfil Socioeconômico e Ambiental*. 2021.
- GONÇALVES, Letícia Cardoso; CONRADO, Mônica Prates. A Rede de Apoio Mulheres Marajoaras em Movimento: processos de enfrentamento à Covid-19 por mulheres do arquipélago do Marajó (PA). In: *Gênero na Amazônia*, Belém, n. 20,jul./dez.,2021.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PnadC), 2018.
- JURANDIR, Dalcídio. *Chove nos Campos de Cachoeira*. Ciclo do Extremo Norte, Belém. Parágrafo Editora, 2019.
- MINISTÉRIO da Saúde. *Instituto Nacional do Câncer (2022)*. No Brasil, excluídos os tumores de tumores de pele não melanoma, o câncer do colo do útero é o terceiro tipo de câncer mais inci-



dente entre mulheres. Disponível em: <<https://www.gov.br/inca/pt-br/assuntos/gestor-e-profissional-de-saude/controlado-cancer-do-colo-do-utero/dados-e-numeros/incidencia>>. Acesso em: 15/06/2023.

MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul/set, 1993.

MORAIS, M. O.; RODRIGUES, T. F. Empoderamento feminino como rompimento do ciclo de violência doméstica. In: *Revista De Ciências Humanas*, 1(1), 2016.

MOZDZENSKI, L.; SILVA, K. C.; TAVARES, L. B. “Dona dessa beleza”: empoderamento feminino, corpos diferentes e inclusão no discurso publicitário da Avon. *Signos do Consumo*, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 39-54, jul./dez. 2017.

POMBO, Délcia Pereira e FARES, Josebel Akel. Vozes femininas no universo marajoara: experiências de vida em situações de cura. In: *Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento*. Belém, v.12, nº 1, p. 95 -110, jan-jun 2018.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Editora Letramento. Belo Horizonte, 2017.

_____. *Quem tem medo do feminismo negro?* São Paulo: Companhia das letras, 2018.

SARDENBERG, C. M. B. Conceituando “empoderamento” na perspectiva feminista. In: Seminário Internacional: Trilhas do Empoderamento de Mulheres, 1., 2006, Salvador. *Anais eletrônicos...* Salvador: UFBA, 2006.

SILVA, Thamirys Souza. *Estudo da organização sociopolítica e cultural das mulheres ribeirinhas da comunidade de São Lázaro em Caapiranga/AM*. Manaus: UFAM, 2014. 83 p. (Série Texto Técnico-Científico, CNPq).

SILVA, Éder Dias da *et al.* Representações Sociais de Mulheres Amazônicas sobre o Exame Papanicolau: implicações para a saúde da mulher. In: *Escola Anna Nery de Enfermagem*, dez, 12 (4): 685-92, 2008.

